

ENRICO TULLIO LIEBMAN

EFICÁCIA E AUTORIDADE
DA SENTENÇA
E OUTROS ESCRITOS SOBRE A COISA JULGADA

Tradução de Alfredo Buzaid e Benvindo Aires
Tradução dos textos posteriores à edição de 1945
com novas notas relativas ao direito brasileiro vigente de
Ada Pellegrini Grinover

4ª edição



Rio de Janeiro
2007

1ª edição - 1945
2ª edição - 1981
3ª edição - 1984
4ª edição 2006
4ª edição - 2ª tiragem - 2007

© Copyright
Enrico Tullio Liebman

CIP Brasil. Catalogação-na-fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

L682e

4. ed.

Liebman, Enrico Tullio

Eficácia e autoridade da sentença e outros escritos sobre a coisa julgada
/ Enrico Tullio Liebman, tradução de Alfredo Buzaid e Benvindo Aires, tradução
dos textos posteriores à edição de 1945 com notas relativas ao direito brasileiro
vigente de Ada Pellegrini Grinover. - Rio de Janeiro: Forense, 2007.

ISBN 978-85-309-1173-7

1. Coisa julgada. 2. Coisa julgada Brasil.
I. Grinover, Ada Pellegrini, 1933-. II. Título.

06-0022

CDU 347.953

O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n° 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n° 9.610/98).

A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição, aí compreendidas a impressão e a apresentação, a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo. Os vícios relacionados à atualização da obra, aos conceitos doutrinários, às concepções ideológicas e referências indevidas são de responsabilidade do autor e/ou atualizador.

As reclamações devem ser feitas até noventa dias a partir da compra e venda com nota fiscal (interpretação do art. 26 da Lei n° 8.078, de 11.09.1990).

Reservados os direitos de propriedade desta edição pela
COMPANHIA EDITORA FORENSE

Endereço na Internet: <http://www.forense.com.br> - e-mail: forense@forense.com.br
Av. Erasmo Braga, 299 1º e 2º andares - 20020-000 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (0XX21) 3380-6650 - Fax: (0XX21) 3380-6667

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

SUMÁRIO

<i>Apresentação</i>	VII
<i>Prefácio do Autor à Segunda Edição Brasileira</i>	XI
<i>Prefácio do Autor à Primeira Edição Brasileira</i>	XIII
Introdução	1
§ 1º Apresentação do Tema	3

PRIMEIRA PARTE

A AUTORIDADE DA COISA JULGADA

§ 2º A Coisa Julgada e a Variedade de Conteúdo das Sentenças	19
§ 3º A Autoridade da Coisa Julgada como Qualidade da Sentença e dos seus Efeitos	38
§ 4º Os Efeitos Secundários das Sentenças	71
§ 5º Limites Subjetivos da Coisa Julgada	79

SEGUNDA PARTE

A EFICÁCIA NATURAL DA SENTENÇA COMO ATO DO ESTADO

§ 6º Extensão Subjetiva dos Efeitos da Sentença	121
§ 7º Fundamento e Limites da Eficácia Natural da Sentença	130
§ 8º Aplicações	153

OUTROS ENSAIOS SOBRE A COISA JULGADA
CONSTANTES DA PRIMEIRA EDIÇÃO BRASILEIRA

Ainda sobre a Sentença e sobre a Coisa Julgada	165
A Coisa Julgada nas Questões de Estado	188
Limites à Coisa Julgada nas Questões de Estado	197

Ações Concorrentes	209
Pluralidade de Partes Legítimas à Impugnação de um Único Ato	221

OUTROS ENSAIOS SOBRE A COISA JULGADA
POSTERIORES À PRIMEIRA EDIÇÃO BRASILEIRA

Prefácio à Reimpressão Italiana de 1962	243
A Eficácia da Sentença Penal no Processo Civil	252
Efeitos da Sentença e Coisa Julgada	274
Sentença e Coisa Julgada: Recentes Polêmicas	285
Índice Sistemático	319